

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR (CEDP)

17.11.2021

* * *

- Abre a reunião a Sra. Maria Lúcia Amary.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Verificação de quórum.

Vou fazer a chamada nominal de cada deputado, deputada membro da Comissão, que deve responder confirmando a sua presença verbalmente. (Vozes sobrepostas.) Deputado, por favor, se pudesse desligar os microfones para poder não dar retorno. Deputado Adalberto Freitas.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Presente, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Presente, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Barros Munhoz. (Pausa.) Eu, presente. Deputado Wellington Moura. (Pausa.) Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Erica Malunguinho. (Pausa.) Deputado Campos Machado. (Pausa.) Deputada Marina Helou.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Presente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Delegado, Delegado Olim respondeu? Delegado Olim, ligar o som.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Presidente, pela ordem. Pela ordem, presidente.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Presente, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Presentes Delegado Olim e deputada Erica Malunguinho.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Presente. (Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Erica Malunguinho. (Vozes sobrepostas.)

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Estevam Galvão.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Não, é que eu não fui chamado. Ah, eu não preciso contar a presença?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O corregedor não conta a presença, mas, bom dia, ele conta para o voto só.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Obrigada por estar presente. Solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Peço a dispensa da leitura da Ata.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Dispensada a leitura da Ata. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. (Pausa.)
Aprovado.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - É possível fazer um pedido de inversão de item?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É possível. É possível.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pediria, se for possível, para a gente inverter. Que o Item nº 9 passasse a ser o Item nº 1 da pauta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pode ser.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Precisa colocar em votação?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, todos concordam com a inversão da pauta? Deputado Adalberto Freitas concorda?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Sim, presidenta, concordo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Marina Helou, concorda? Deputado Delegado Olim, concorda?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Positivo, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Enio Tatto, que propôs, concorda.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Concordo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, vamos inverter o Item nº 9. (Inaudível.) O Item nº 9 passará a ser o Item nº 1. Deliberar sobre a juntada dos Itens 4 a 7, bem como do processo RGL 13511/2021, representação de autoria do deputado Raul Marcelo contra o Deputado Frederico d'Ávila, por quebra de decoro parlamentar, admitido na reunião de 8 de novembro, por versarem sobre o mesmo projeto. Coloco em votação...

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Adalberto Freitas.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Eu quero pedir vista desse item.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não pode, não cabe agora pedir vista desse item, agora, porque nós já estamos colocando em votação, porque é apenas a juntada dos processos. O senhor havia concordado de votar antecipadamente.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Esse item já foi votado, não é, presidenta?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Já foi votado.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - E aprovado.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Foi.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Aprovado.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Ah, então está bom.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, desculpe, deputado, já foi... Então...

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Está bom. Está bom.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Agora, vamos ao Item nº 1. Que passa a ser Item nº 2.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sra. Deputada. Pela ordem, Sra. Deputada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Gostaria de pedir vista. Gostaria de pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - De qual item?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Eu gostaria de pedir vista do Item 5, eu queria pedir vista do Item 6, queria pedir vista do Item 7, queria pedir vista do Item 9.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Tá, mas o 9 já foi... Já foi...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Queria pedir vista...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O Item 9 já foi...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Já foi. Então, só esses. (Vozes sobrepostas.)
Todos os demais, ok?

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputada Marina.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - A gente acabou de deliberar que do Item 4 ao 7...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Isso que eu quero saber como é que fica. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Não cabe vista separada, se eles estão deliberados, já que é um processo só.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu quero saber... Só um minuto que eu vou consultar aqui a secretaria se é possível, porque já foi aprovada a juntada dos processos, e aí pede vista depois, eu queria que a secretaria se manifestasse.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Ok, dos demais eu peço vista. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Quais demais? De todos os itens o senhor pede vista? Do item...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Só se for do 1 ao 3.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Do 1, o Item 1, 2 e 3. Que passaram a ser outra numeração. Espera um pouquinho, dá licença, só um minutinho. O Item 9 passou a ser o Item nº 1. Então, o senhor está pedindo vista dos Itens 2, 3 e 4, é isso? Que são os projetos 6944, 7915, 9789, deputado Adalberto, é isso?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Olha só, eu acho que a senhora está confundindo um pouco as coisas, presidenta, desculpa falar, quem está falando é o deputado Olim agora. Eu...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Olim. Eu que pedi vista.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Deputado Olim. (Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não, eu sei, o deputado Olim pediu vista dos Itens 5, 6 e 7. Na verdade, os Itens 5, 6 e 7 mudaram de número. Então, eles são 6, 7 e 8. É isso que eu estou vendo.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - E o 8 também. Está certo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Olim, então eu queria...

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem. Pela ordem, presidente.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Adalberto. (Vozes sobrepostas.) Oi?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Olha só.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - A vista seria... Deixa-me repetir a vista. Seria do Item 6, do Item 5.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Que é o 13107.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - E o Item 7, ok? Já que o 9 não pode.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não. Eu tinha pedido, com licença, eu tinha pedido pela ordem antes, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Só um minuto, por favor, para nós organizarmos. Deixa só falar uma coisa.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Depois do...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desculpa, deputado. Nós mudamos, o Item 9 passou a ser o Item 1. Como ele passou a ser o Item 1, o que era Item 1 passou a ser 2, e aí todos mudaram de número. Passou 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Seria...

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Seria o (Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Me fale o número, deputado Olim, por favor, qual é o número, qual é o número do processo. Para nós entendermos.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Isso. Então, está bom. O processo seria o 13107.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Que é o Item 6 agora, certo.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - É o Item 6. O Item 6, que agora é o Item 7, que é o...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - 13108.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - 13108. E o Item 7, agora Item 8. Seria o 13115, ok, visto que do nº 9, que seria o 10, não pode pedir vista, certo?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Adalberto.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Isso, agora sou eu. Presidente, olha só.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pois não.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Só para esclarecimento, porque eu acho que uma coisa não está indo bem, olha só. Estava tudo normal, até o deputado Enio pedir inversão da pauta. Então, entende-se que o Item 9 vai juntar os Itens de 4 a 7, está certo?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sim.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Muito bem. Aí ele passa a ser o Item 1º, certo?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sim.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - E eu pedi vista, a senhora falou que não podia pedir vista, que já estava votado, não estava votado, foi votada a junção dos itens, não foi votado o Item 1. E eu pedi, então eu pedi vista do Item 1, que é a junção dos quatro itens. Eu tenho direito de pedir vista, sim.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Item 9, que passou a ser 1, já foi votado. Então, o senhor...

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não foi votado. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Foi votada a juntada, deputado.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Deputada, entenda bem. Foi votada a junção.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, a junção.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Então, foi votada. Aí virou Item 1. Aí eu pedi vista do Item 1. Só isso.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Mas o Item 1 já foi votado, o senhor não pode mais pedir vista.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não foi votado. Deputada, eu sou o primeiro da lista, eu não fui consultada à votação, ninguém, ninguém...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidenta.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Foi votada somente a mudança, deputada. Só foi votada a junção. Não foi votado o item em si.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Só um minuto, para não fazermos... Deputado Enio com a palavra, por favor.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - O que precisa entender é o seguinte.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Fala.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - O Item 9, nós votamos, do Raul Marcelo, nós votamos na outra, nós aprovamos. E agora, a proposta era juntar os Itens 4, 5, 6 e 7 no 9º, que vira nº 1, e nós já aprovamos isso. Então, o pedido de vista já está vencido.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Eu discordo. Pela ordem, questão de ordem, eu discordo totalmente. Não tem sentido, deputado Enio.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Posso terminar? Posso terminar, presidente

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pois não, deputado Enio.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Eu acho que tem que tocar em frente, Sra. Presidente, porque está bem claro já, talvez tenham perdido o tempo de vista, que seria no início, e o que cabe agora, se não me engano, é nomear o relator desse item que foi aprovado para essa juntada, para a gente seguir os trabalhos normalmente.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Questão de ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Na verdade, eu consultei a secretaria, estou consultando aqui a assessoria, na verdade se foi feita a juntada, não caberia mais vista. Porque já foram juntados os itens. Então, não caberia vista de um processo que já teria juntado, até porque, se eles estão juntados, eu não posso partilhar agora para vista. Então, deputado, o momento de pedir vista já passou. Então, nós não podemos mais conceder vista desses itens. Do 4 ao 8... Do 4 ao 7.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Então, deputada, só para entender. Pela ordem, presidente, só para eu entender. Então, quer dizer, os Itens 4, 5, 6 e 7 não foram colocados para nós Parlamentares para decidirmos ou não sobre a votação, ou seja...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não, calma aí, o deputado votou antes o item dele, e aí ele juntou os demais, e aí nós ficamos sem poder dar opinião sobre os Itens 4, 5, 6 e 7.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Você poderia pedir vista desses itens antes de colocar em votação a juntada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Exatamente. Exatamente, deputado.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não. Deputado Enio, por gentileza, eu estou conversando com a presidenta, e eu quero só essa explicação. Olha só, não foi colocado, deputada, a única coisa que foi colocada, foi votada a junção do Item 9 por tratar do mesmo tema. Mas do mesmo tema não foram votados os itens, e eu poderia pedir, sim, eu poderia pedir vista, sim, dos itens.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, com todo o respeito, a secretaria confirmou, já havia encerrado a discussão, não seria mais o caso de pedir vista. (Vozes sobrepostas.)

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem, a senhora não colocou em discussão o Item 1, deputada. Não colocou em discussão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não, nós colocamos o Item 9, passou a ser o Item 1. Ele foi discutido, e aprovada a juntada.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Quando isso?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O senhor pode rever, está sendo gravado, imagino, e o senhor pode rever, que já foi... Deputado, na verdade, acho que nenhum de nós tem interesse em procrastinar o feito. Na verdade, o que nós queremos é que o processo caminhe.

Então, não houve nenhuma perda de direito de defesa o fato da juntada dos processos, está certo? Então, o que nós vamos agora, então, é votar os itens que foram juntados. Então, já foram juntados, nós vamos votar agora a admissibilidade. Então, eu coloco em votação. (Vozes sobrepostas.) Deputado...

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Deputada, eu quero que conste em Ata que eu não concordo com o que foi feito agora. É uma manobra. Estava tudo bem, até o deputado Enio pedir para inverter a pauta, inverteu a pauta, e eu pedi... Olha só, se a senhora transforma um item em um outro, desse item novo eu posso pedir vista, sim. É um item novo. A senhora não deu o comando de votação. A senhora não...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sra. Presidente. Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Só um minutinho. Nós temos que seguir o Regimento. Dos Item 4 a 7, foi votada a juntada deles. Como eles foram juntados, nós vamos votar agora a admissibilidade deles. Então, deputado, eu registro o seu ponto de vista negativo, mas nós vamos prosseguir continuando a votação dos projetos que estão em pauta. (Vozes sobrepostas.) Pela ordem, deputado Adalberto, pois não.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Se a senhora for colocar em votação o que não foi votado ainda, eu posso pedir vista. Não foi votado ainda, a senhora acabou.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nós vamos... Nós votamos a juntada.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Então, só a juntada que foi votada, deputada. O item em si não foi colocado em votação. Uma vez que não foi colocado em votação, eu posso pedir vista. Houve uma confusão, deputada, olha só, olha só...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, vamos... Olha... Deputado, não houve confusão, foi por questão de praticidade, nós temos cinco processos iguais com autores diferentes com o mesmo representado. E normalmente o que vai acontecer, vai acontecer normalmente dentro do Regimento, é a juntada deles, porque os dois têm a mesma pauta, o mesmo objeto.

Por serem o mesmo objeto, nós não vamos julgar em separado o 2, o 3 ou o 4, nós vamos julgar todos os contratos, todas as representações que foram apresentadas contra o deputado Frederico d'Ávila, vai ser decidida a questão da admissibilidade.

Com todas as... Desculpe, deixa-me só terminar. Ele já apresentou defesa prévia, o processo, do qual não se pediu vista, que era o processo que era do deputado, proposto pelo deputado Raul Marcelo, que é este aqui, agora teve a juntada, por quê?

É o procedimento normal. Nós não vamos tomar cinco decisões para o mesmo objeto. Então, deputado, agora nós podemos decidir a admissibilidade. Não é a culpabilidade do deputado Frederico. A admissibilidade significa uma questão de que

todos os processos que nós introduzimos aqui na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar vão para a admissibilidade, não é um pré-julgamento da culpabilidade.

Ele é admitido, para depois ter uma decisão. O que foi tomado lá da primeira, quando nós começamos o nosso mandato, eu já era presidente da Comissão, nós definimos, para que não haja tratamento diferenciado entre os deputados, com o arquivamento liminarmente sem nenhum tipo de julgamento.

Então nós estamos seguindo, com todo o respeito, eu toquei esta Comissão de Ética, e estou tocando agora, eu não tenho interesse nenhuma em prejudicar ou ajudar. Eu estou aqui como uma forma de fazer a justiça dentro do processo que está seguindo o rito normal. Então, deputado, eu não tenho nenhum motivo para agir de forma diferente, eu tenho... (Vozes sobrepostas.) Pois não.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - A senhora pode me dar a palavra? Esse item que a senhora criou, que foi juntado, agora chamado Item 1, já foi votado?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não, não foi votado.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Então, eu posso pedir vista. Se não foi votado, eu posso pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, o senhor pede vista dos processos, o senhor, então, teria que pedir vista de todos os que foram juntados, porque eles vão versar sobre a mesma questão, porque eles vão continuar juntados. Então, o senhor pede vista, por favor, dos Itens 4 ao 7.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pois é, a senhora falou que o deputado...

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Não, deputada, pede vista de um, que já vem com todos (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Exatamente, é isso que eu estou falando. Então, o senhor pede vista de todos eles, porque eles estão juntados. Então, os Itens 4, 5, 6, 7, estão com vista para o deputado Adalberto Freitas.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Então, mas, pela ordem, presidente, o deputado Olim pediu vista desses mesmos, a senhora falou que não podia.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Então, pede vista conjunta.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, presidente. Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Marina. Deputado Delegado Olim pediu a palavra.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Por gentileza, Sra. Presidente, só para saber. A minha vista foi concedida, do que eu pedi.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sim, foi concedida...

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sim, então está bom, porque eu estou no interior, eu estou participando meio... Então, a minha vista já foi pedida.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É do 4 ao 7.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Isso.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - (Vozes sobrepostas.) Deputado Adalberto deseje, peça vista conjunta. O prazo é de três dias comuns.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não, não, não. Só um minuto, só um minuto, então, deputada. Se foi concedida vista dos Itens 4, 5, 6 e 7 para o deputado Olim, eu retiro as minha vista desses quatro itens.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente. Deputado Enio Tatto.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sra. Presidente, talvez nós tenhamos que consultar, não sei se está dando algum mal-entendido aí, aliás, está. Se os Itens 4, 5, 6 e 7 foram juntados ao Item 9, esses itens não existem mais. Se não existem mais, não tem como pedir vista daquilo que não existe.

Eles se transformaram no Item 1. O Item 1 foi aprovado na semana passada. Então, agora, os Itens 4, 5, 6 e 7 viraram o Item 1. Então, se já foi aprovado na semana passada, hoje se discute se aprova ou não a admissibilidade. Não é possível você pedir vista de quatro itens que não existem mais. Então, nem cabe vista ao deputado Olim nem ao deputado Adalberto. Eu nunca vi pedir vista daquilo que não existe.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Enio, nós vamos consultar, então, a Procuradoria, porque como o nosso código de ética, ainda precisamos regulamentar melhor, porque ele não tem clareza em uma série de situações, e assiste razão ao deputado Enio, ao deputado Adalberto em relação... Para que nós não cometamos nenhuma interpretação errônea do Regimento, nós vamos consultar, então, a Procuradoria. Eu não sei se... Só um minutinho. Se a gente, então, suspende.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pelo chat, o procurador poderia dar uma resposta com relação a esta consulta. Porque no Item 8 também é a mesma situação. O Item 8, que ficou agora, é também de autoria do deputado Paulo Fiorilo contra o deputado (Inaudível.) Então, esse item tem que ser juntado posteriormente também. Então, esse é o problema. Então, vamos votar a juntada do Item 8 também, não só do Item 1 ao 7. 4 ao 7.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente. Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Eu pedi o 8, hem, presidente, eu pedi o 8.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Eu pediria a suspensão dos trabalhos por uns 15 minutos, para a gente tirar essa dúvida. Resolver essa dúvida com a nossa Procuradoria.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL -Olha, eu tenho... Pela ordem, eu tenho uma sugestão, eu tenho uma sugestão que a gente pode votar. É só a gente pedir para o deputado Enio deixar transcorrer a sessão normal e não inverter a pauta, que daí já resolve tudo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não, já foi votada, deputado.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - A confusão ocorreu quando inverteu a pauta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O que eu proponho, então, deputado, eu proponho, fica suspensa essa questão da vista. O que eu sugiro. Vamos pedir a juntada do Item 8 também, junto, porque versa sobre o mesmo tema. Votamos a juntada de todos, e aí a gente consulta a Procuradoria para a Procuradoria dizer se cabe vista ou não.

Mas, então, vamos votar o Item 8, para que ele possa ser juntado. O Item 8, que é o processo RGL 13115/2021, juntar aos processos que deliberam sobre a mesma matéria, porque senão nós vamos ter que ficar decidindo isoladamente. Esses processos têm que formar um só.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Porque versam sobre a mesma matéria. Nós não vamos decidir isoladamente.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Questão de ordem, presidente. Mais uma vez eu acho que está tendo, eu acho que está tendo muita confusão. O Item 8 é da deputada Valéria contra o deputado José Américo, não tem nada a ver com o Paulo Fiorilo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Olha só.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eles foram reenumerados, deputado. O Item 1 passou a ser o 2, o Item 2 passou a ser o 3. Eles foram reenumerados. Então, o Item 8 era o antigo 7, versa sobre a mesma matéria.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Então, para a gente... Eu vou sugerir mais uma vez. A gente já pode ver com o deputado Enio se ele pode retirar a inversão da pauta dele aí, que aí a gente acaba em 10 minutos isso aí logo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não tem. Ele não pode retirar uma pauta que já foi votada e decidida. Não tem como.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não foi votado, deputada. Olha só.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Só um minutinho, deputado, deixa eu ler o que a Procuradoria está falando aqui no chat, só um minutinho.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pois não.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A Procuradoria está sugerindo que nós possamos dar o prazo para atender a vista dos processos. A única coisa que eu peço, deputado Adalberto, vamos votar o Item 8. Já foi votado? Ah. Então, vamos juntar os processos e permitir a vista, então, para que não haja dúvida.

Como a Procuradoria assim se manifestou é mais prudente que a gente assim o faça. Então, fica definida essa pauta. Essa vista concedida ao deputado, ao Delegado Olim,

vista conjunta para o deputado Adalberto de Freitas, que são os três dias que vão ser concedidos para os dois ao mesmo tempo. Está certo?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não. Não, presidente, uma questão de ordem agora. Se foi concedida vista para o deputado Olim para os Itens 4, 5, 6 e 7, eu retiro a minha vista, eu deixei isso bem claro.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Está bom.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Está certo?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, fica vista só para o Delegado Olim.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Isso. Delegado Olim nesta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Tá. Então está bom. Então, vamos para o item número...

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputada Marina.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Então. Eu queria falar duas coisas. A primeira é que eu sinto muito por esse processo, já que a gente tinha um acordo neste Comitê de Ética de votar pela admissibilidade de todos os processos para que a gente possa dar uma resposta para a sociedade. Aqui a gente não está julgando nenhum processo, mas só garantindo que a gente possa analisar, estudar e votar.

Então, quero lembrar desse acordo que está sendo rompido sistematicamente, para dizer que este Comitê de Ética deveria ter a responsabilidade frente à sociedade de aceitar todas as ações como admissíveis para que a gente possa discutir e deliberar se elas devem ter alguma punição ou não, que muitos casos não deveriam ter. Mas que a gente deveria, sim, poder discutir, e sinto muito por isso.

Seguindo neste caminho, eu fiquei com uma dúvida, que o deputado Enio Tatto colocou, que é: se na última reunião a gente já aceitou a admissibilidade de um dos processos. Isso é verdade? Então, já tem um dos processos dentro desses... Caminhando, que é do deputado Raul Marcelo, que já foi aceita a admissibilidade? Eu estou com essa dúvida.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente. Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sra. Presidente, eu acho que a Procuradoria aí deu uma resposta, se a gente aceita o pedido de vista, o Item 9, o atual, que está aqui, ele está anulando a juntada dos demais itens. Porque o Item 9 já foi votado na semana passada. Ninguém pediu vista. E foi aprovado.

E a deputada Marina Helou está correta. Se aceitar a juntada, nós estamos desfazendo. Aliás, se aceitar a vista, nós estamos desfazendo a juntada, anulando a votação da juntada. Então, a gente poderia votar a admissibilidade do deputado Raul Marcelo, porque não foi pedida vista desse item.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desculpa, no processo do deputado Raul Marcelo, já foi votada a admissibilidade, por isso que ele precisa ser juntado com os demais, porque ele versa sobre a mesma matéria.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Ah, então, desculpe.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu não vejo por que, deputado Enio, os deputados não concordarem de juntar, porque podem ser juntados, e nós vamos ficar até quando procrastinando dessa forma. Nós temos que juntar os quatro processos, e o que a deputada Marina falou é verdade, existe um acordo já, desde o primeiro, quando começou o nosso mandato, de que a admissibilidade seria votada em todos os casos, o que não significaria um pré-julgamento.

Nós não podemos tratar o caso do deputado diferente dos demais, entendeu? Então, nós não podemos entender assim, da mesma forma que a Procuradoria está dando este conselho, nós vamos, então, dar vista dos processos juntados. Não é em separado, deputado Enio.

Agora eles estão juntados, então ele tem que pedir vista dos projetos dos processos do Item 4 ao Item 8. Eles vão juntos para o deputado Delegado Olim, porque todos versam sobre a mesma matéria, vão ser juntados ao processo do deputado Raul Marcelo, para depois votarmos a admissibilidade.

Eu só pediria que a gente tivesse um pouco de... Olhasse a Comissão, ao Conselho de Ética, que, assim, a ampla defesa não significa procrastinar o processo. Eu pediria só que nós pudéssemos julgar, eu acho que (Inaudível.) deputado Frederico d'Ávila, que está nos assistindo, ninguém tem interesse em protelar, nós queríamos o sim ou não, mas que ele seja apresentado, deliberado, que seja votada a admissibilidade para que a gente possa encaminhar para um relator, e assim o deputado Frederico fazer a defesa de mérito e nós prosseguirmos.

Não vamos começar a criar situações que possam procrastinar, porque eu acho que para todos nós, o interesse do próprio representado é que as coisas caminhem, que é como tem que ser. A resposta para a sociedade não é culpado ou inocente.

A resposta para a sociedade é que o Conselho de Ética é um conselho sério, ético e que cumpre o Regimento com toda a responsabilidade e regimento. Eu não estou fazendo nada contra o Regimento. Eu só pediria a compreensão de V. Exa. neste sentido.

Eu não tenho interesse nenhum nem de prejudicar nem ajudar, como eu já falei. Nós estamos aqui, é um processo como um processo judicial, ele segue um rito permitido pelo Regimento, então eu quero deliberar que dos Itens 4 ao 8, juntados, porque foi aprovado, vai ser dada vista ao Delegado Olim, aí ele devolve os processos já todos juntados para nós decidirmos a admissibilidade e depois nomearmos um relator. Esse é o procedimento que será seguido, que é o que o Regimento determina. Deputada Marina com a palavra.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Presidente, eu entendo as palavras da senhora, acho que é regimental também o pedido de vista, eu entendo os colegas, mas eu tenho uma dúvida. Se o projeto 8 do deputado Raul Marcelo já foi admitido na última semana, cabe agora designar um relator para este, enquanto a gente espera a deliberação da juntada ou não, o projeto já foi admitido e já está no passo de ter um relator, certo?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O problema é que nós vamos ter que... De qualquer maneira, os outros precisam de uma decisão. Então, a melhor decisão seria juntar ao deputado Raul Marcelo, porque seria decidido, em uma decisão única, um relator para todos os cinco processos que versam sobre a mesma matéria. Eu acho que nós poderíamos votar agora o Item 2, para o qual não está pedida vista, que é o processo RGL 6944/2021, que é a representação de autoria do Deputado Gil Diniz contra o Deputado Arthur do Val por quebra de decoro parlamentar.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Questão de ordem, presidente. Questão de ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pois não, deputado Adalberto.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Eu ainda não acabei de falar.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pelo que eu entendo, o deputado Olim pediu vista de tudo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Não.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Sim. De tudo é tudo, não é? Quando se fala tudo é tudo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não, não é tudo.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Do Item 1 até o final.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Do 4 ao 8 não é tudo. Nós temos o Item 1 que virou 2, o Item 2 que virou 3 e o Item 4 que são processos que versam sobre outros autores.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Ele pediu do 5 ao 8, deputado.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Você não quer dar uma consultada com ele, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, vamos seguir aqui dentro da normalidade, o Item 2, votar esse projeto, a admissibilidade desse projeto. Ele está em discussão...

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Então, uma questão de ordem, então, presidente. Ainda nessa linha, que a deputada Marina falou que foi feito um acordo, os Itens 1, 2 e 3, que são os processos do Gil Diniz contra Arhur do Val.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Que passaram a ser 2, 3 e 4.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - É. O deputado Enio pediu vista. Então, onde é que está aí o acordo que foi feito que não pode pedir vista? Então, se for assim, eu quero pedir vista dos Itens 1 ao 3 também. O deputado Enio não pediu vista? Não foi concedido a ele? Eu quero o mesmo direito.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, do Item 3, se o senhor tem interesse, não tem problema nenhum. É seu direito.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Sim, claro.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Mas só que não é o Item 1, é o 2 agora, são o 2, 3 e 4.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Então, está bom. Então eu quero pedir vista dos Itens 2, 3 e 4.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Está certo. Só que nós estamos criando aqui no Conselho de Ética, um conselho que fica sem poder decidir

pedindo vista, eu acho que, para nós, eu acho que não é uma resposta adequada para a sociedade, mas é um direito do senhor, deputado.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - A senhora reclamou isso para o deputado Enio quando ele pediu vista? Ou para o deputado Wellington Moura quando ele pediu vista? Não reclamou, não é? Agora a senhora vai reclamar para mim. Sou diferente?

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Eu reclamei. Eu reclamei, Adalberto. Eu reclamei na semana passada.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Pela ordem, presidente. Pela ordem, presidente. Posso falar?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desculpe, só um minuto, nós temos o Item 8, que agora é 9. Ficou um projeto para ser votado. Item nº 9, que é da deputada Valéria Bolsonaro contra o deputado José Américo.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Enio.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Queria pedir vista desse item.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, pedido de vista do Item 9 para o deputado Enio Tatto. Pois não, deputada Erica.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Sobre essa questão que o Adalberto pontuou sobre o questionamento do pedido de vista, pela primeira vez, em dois anos dessa nova Legislatura do Conselho de Ética a gente está enfrentando essa procrastinação, deputado Adalberto. Inclusive eu acho salutar, presidente, que a gente possa se reunir e conversar sobre este Conselho, sobre o que ele significa e pactuar novamente a questão das admissibilidades, que isso não implica em pré-julgamento, mas sim que os projetos

devam ser analisados aqui pelo Conselho, e obviamente, então, dar uma a resposta à sociedade.

Então, deputado Adalberto, isso é a primeira vez que acontece nesta Legislatura, de ter essa protelação de admissibilidade por conta de algum processo. Então, acho que é, repito, presidente, que é salutar que a gente retome esse pacto, esse diálogo, e que a gente possa ver a finalidade efetiva do Conselho de Ética para que não se torne um jogo de procrastinação, de protelação, como acontece nesse jogo regimental com outras comissões. Então, acho que cabe a gente ter uma conversa séria sobre isso. Obrigada, Sra. Presidente.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Só dá licença, deputado Adalberto. Em relação ao que a deputada Erica Malunguinho falou, eu concordo plenamente, nós temos que levar este Conselho de Ética da forma que a gente levou no primeiro biênio. Foi tudo decidido, demos resposta para a sociedade, sim ou não, mas agora esse pedido de vista, apesar de ser regimental, tem um limite, eu entendo que tem um limite na questão da nossa resposta.

Eu acho que não interessa para ninguém ficar pedindo vista, vem outra, aí vem o suplente ou vem não sei quem pedindo vista. Nós vamos comprometer a imagem do Conselho de Ética. Eu acho que uma coisa é o direito, nós temos direito, estamos seguindo o Regimento.

Eu só peço para os deputados, que a gente precisa dar uma resposta, que vista, pedir vista em um processo que todo mundo já conhece, vocês já leram, eu pediria, por favor, que vocês reconsiderassem, não hoje, mas que a gente, na próxima, votasse a admissibilidade, que não é um julgamento, é apenas admitir o processo, para depois ir para o relator para decidir sim ou não.

O que nós não podemos é ficar na próxima, marca uma reunião, aí acaba o ano e nós não temos uma resposta de uma ação. Eu, como presidente, eu me sinto muito constrangida se nós continuarmos pedindo vista de todos os processos de Comissão de Ética. Não é para o julgamento, eu acho que está...

Até para o deputado Frederico d'Ávila deve interessar uma resposta positiva ou negativa, mas que ele possa, com todos os direitos de defesa, também fazer. O que eu não acho correto é nós ficarmos, é minha opinião, não é uma questão regimental, é uma questão ética e de decoro parlamentar. Que a gente tem interesse em não parecer que nós estamos procrastinando ou fazendo qualquer tipo de corporativismo. É só isso que eu pediria. Então, com a palavra deputado Adalberto Freitas.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Eu pedi primeiro, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ah, desculpe, deputado Enio. O deputado Enio pediu primeiro.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Por gentileza, por gentileza, o deputado Enio, sem problema, depois eu falo.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sra. Presidente, têm um erro e uma orientação aqui, inclusive, da Procuradoria que estão totalmente errados. O direito de pedir vista se dá antes da votação de qualquer item. Tanto é que quando a senhora abre a sessão, uma das primeiras coisas que a gente faz, a gente pede vista dos itens que a gente não quer que seja votado ou que a gente quer estudar melhor.

Portanto, nós fizemos uma votação e aprovamos a juntada dos projetos ao Item 9. Ninguém pediu vista de nada antes disso. Aí nós aprovamos esse item. Portanto, não cabe mais pedido de vista aos Itens 4, 5, 6 e 7. A Procuradoria não se ateu a isso e informou, orientou de forma equivocada. Precisa rever isso.

Mesmo porque, se está correta a Procuradoria está errando em outro ato. Está anulando a admissibilidade do pedido do Raul Marcelo, que hoje está disponível para ser nomeado relator, ser nomeado relator. Como que a gente vai anular uma coisa que a gente votou na reunião passada e que hoje caberia a indicação do relator?

Com essa aceitação do pedido de vista, simplesmente está desfazendo a votação, a aprovação do item do deputado Raul Marcelo, para o qual hoje seria nomeado o relator, que já foi admitido. Então, para resolver esse problema, para a Procuradoria estudar melhor e dar uma resposta mais adequada, eu acho que a senhora deveria suspender tudo, o tempo necessário, e retomar. Eu só não admito, que está equivocado autorizar o pedido

de vista, aceitar o pedido de vista de um item que já não existe mais. Espera aí, Sra. Presidente.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Com isso trazendo problema ao item do deputado Raul Marcelo, que já foi admitido, e para o qual hoje caberia nomear o relator. É isso, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, então, diante da dúvida, assim, quando... Eu penso como deputado Enio falou, como a deputada Marina, que foi um acordo que foi fechado conosco desde o 1º biênio, que a admissibilidade em todos os casos seria uma votação simbólica, mas por acordo todo mundo votaria pela admissibilidade para que ele pudesse ir para julgamento.

Não está sendo cumprido. Como a Procuradoria fez esse aconselhamento via chat, eu não quero assumir uma responsabilidade contrariando a Procuradoria. Então, o que eu quero pedir para vocês. Esta sessão, esta reunião que nós estamos fazendo agora. Fica a vista suspensa, todo esse procedimento, até formalizar uma consulta à Procuradoria para que não haja mais nenhum tipo de dúvida.

E aí, a gente encerra a reunião, no sentido de que eu vou fazer uma consulta formal, para ver se essa vista podem ou não ser concedidas, nós marcamos uma nova reunião o mais rápido possível, para não decidirmos e amanhã questionarem a decisão que nós tomarmos hoje. Então...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Temos um detalhe, presidente.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem. Ô, deputado, pela ordem, nós pedimos juntos, eu cedi para o deputado Enio, mas parece que o senhor quer continuar falando. Pois não, deputado Enio, fica com o tempo mais uma vez.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - A palavra é sua, deputado Adalberto.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Então, deputado Enio, o senhor falou, nós ouvimos, eu gostaria de colocar. Presidente...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Presidente, presidente, só uma observação. Que a reunião não seja encerrada. Seja suspensa, senão a gente anula tudo que foi feito hoje.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não é. Está suspensa. Eu acho que eu me expressei mal.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Seja encerrada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu me expressei mal. Ela fica suspensa.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Vai encerrar?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Oi.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL -Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Delegado Olim, então.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu vou suspender esta reunião de hoje. Ela fica suspensa para que sejam confirmadas as decisões que foram tomadas hoje. Então, nós vamos suspender esta sessão, vou consultar a Procuradoria. Assim que tiver a resposta, eu marco a continuação da reunião de hoje para que não haja nenhum risco.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nenhum fator que possa procrastinar ainda mais. Pois não, deputado Adalberto.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Positivo, Sra. Presidente.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Eu não estou conseguindo falar, presidente, eu não estou conseguindo falar, me expressar, eu pedi pela ordem, estou sendo...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nossa, deputado, o senhor tem falado todas as vezes que o senhor pediu, pode falar.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Olha só, dentro dessa linha que a senhora falou, eu concordo plenamente, a deputada Erica também falou, que tinha um acordo para que todos os itens de admissibilidade seriam aceitos e estaria pronta a reunião. Agora eu não entendo por que na primeira reunião, está aqui, vista do deputado Enio Tatto do Item 1, vista do deputado Enio Tatto do Item 2, vista do deputado Enio Tatto do Item 3, e depois também, do Item 4, vista do deputado Wellington Moura, quer dizer. Isso que foi acertado não foi cumprido na reunião anterior.

Agora eu estou querendo ter o mesmo direito para esta reunião e estou sendo, não estou sendo, não está sendo aceita a minha opinião de pedir vista. Então, precisa ver, o Conselho de Ética, qual forma. Se já tinha um acordo pré-determinado, por que foi concedido e não foi colocada a mesma situação que está sendo colocada hoje tanto para o deputado Enio quanto o deputado Wellington Moura na reunião anterior?

Isso eu gostaria de deixar claro. Eu não vou sair daqui como o cara diferente, o cara que está querendo fazer coisa diferenciada. Acordo é acordo, então quem não cumpriu o acordo foi o deputado Enio Tatto e foi o deputado Wellington Moura na reunião anterior, e a senhora não levou isso em consideração. Os direitos são de todos. Se um deputado tem direito, os demais também têm.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Adalberto.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Na verdade, o meu primeiro item hoje, antes de começar a reunião, eu estava me programando para votar a questão de vista, porque eu também entendo, eu sou advogada por formação, mas eu entendo que vista em um caso no qual nem houve ainda o julgamento de admissibilidade, não tem como pedir vista de um processo que só tem a representação.

Não tem nem. Só defesa prévia foi apresentada, não tem defesa de mérito. Eu entendo que vista é de um processo que está em uma fase de julgamento que permite uma decisão. Pedir vista da admissibilidade, no meu ponto de vista, eu acho que deveria ser inadmissível.

E sim, a admissibilidade como sendo um fator normal, para que a gente possa mostrar para a sociedade que este Conselho de Ética não é corporativista, não tem procrastinação e quer que a justiça seja feita e uma resposta adequada para a sociedade. Eu, como presidente, eu fico constrangida se passar qualquer imagem diferente dessa, como presidente do Conselho de Ética.

Então, em nome da preservação da nossa imagem como coletivo, eu quero suspender, decido suspender esta sessão, e vou pedir consultar à Procuradoria, para que a gente tenha um embasamento jurídico, para que a gente possa repor as coisas da forma que funcionava, e não dessa forma.

Virou uma reunião para pedir vista. Me desculpa, este tipo de conselho não pode funcionar dessa forma. Eu vou pedir, então, a suspensão. Fica suspensa esta reunião de hoje, até a consulta da Procuradoria, para que a gente possa dar uma resposta para a sociedade.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR (CEDP)

23.11.2021

* * *

- Abre a reunião a Sra. Maria Lúcia Amary.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Havendo número regimental, declaro reaberta 9ª Reunião Extraordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. É... eu vou confirmar... é... realizar a chamada nominal de cada deputado e deputada membro da comissão, que deve responder confirmando sua presença. Deputado Adalberto Freitas.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Presente, Exma. Presidente.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Presente, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Presente, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Está presente. Eu, a presidente, presente. Deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Presente, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Não se encontra. Deputada Erica Malunguinho.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Presente, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Campos Machado. (Pausa.) E deputada Marina Helou. (Pausa.) (Vozes sobrepostas.) Eu gostaria que...a gente pudesse desligar os sons para que cada um, no momento em que pedisse a palavra, para a gente poder não ter turbulência no som. Sras. e Srs. Deputados membros do Conselho, vendo a reunião do dia 17 de novembro, constatamos que foi aprovada a inversão da pauta solicitada pelo deputado Enio, passando o Item 9 a figurar como Item 1.

Todavia, por equívoco, deu-se a impressão que o Item 1 desta entrada dos processos havia sido aprovado, como houve um impasse sobre a possibilidade de ser conseguida vista a esses procedimentos, antes de admitidos pelo conselho foi solicitado à procuradoria que respondesse alguns questionamentos.

Vossas Excelências receberam cópias deste parecer e, como ressaltado no parecer, não é conveniente a juntada dos processos em fases distintas de tramitação, para que etapas do processo disciplinar não sejam ultrapassadas. Por essa razão, só será possível deliberar sobre o item em questão, que era a juntada dos processos, depois que os demais processos sobre o mesmo tema sejam admitidos, porque se ele não foi admitido, ele não existe ainda como processo, portanto não pode fazer a juntada.

Então, por essa razão coloco em votação o Item 1 da pauta, para que passe a figurar como Item 10 da pauta. E renumerando apenas os itens de ciência, para não dar confusão na numeração. Então, eu colocaria em votação o Item 1, para que ele possa ser considerado para o Item 10 (Vozes sobrepostas.)

Então, deliberar sobre a juntada dos Itens 5 a 8, bem como do Processo RGL13511/2021, representação de autoria do deputado Raul Marcelo contra o deputado Frederico d'Ávila por quebra de decoro parlamentar admitida na Reunião de oito de novembro, por versarem sobre o mesmo objeto, deliberar sobre o recebimento das seguintes representações. Então eu coloco em votação nominal para (Inaudível.) enquanto os deputados votem esse item passar a ser o Item 10, exatamente (Vozes sobrepostas.)

Só para concluir deputado, é... primeiro que nós votemos admissibilidade para depois sim, votar a juntada, porque aí o processo foi admitido, então pode-se fazer a juntada. Pois não, deputado.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Presidente, é... bom dia aos demais colegas que estão aqui. Só para se fazer justiça, então, eu estava correto na forma que eu

coloquei na reunião anterior, né? Porque a meu ver eu saí daqui como se fosse o causador de uma discórdia que na verdade não foi discórdia nenhuma, eu estava dentro do meu direito de requerer sobre essa situação e fui comprovado agora com esse parecer da procuradoria.

Então, inclusive, presidente, alguns jornalistas me ligaram, né? Falando que eu estava atrapalhando o processo, eu estava querendo ir contra, não estava querendo dar uma resposta para a sociedade, como a senhora bem comentou, então, é sempre importante antes da gente fazer um comentário, como a senhora fez aí de querer dar uma resposta para sociedade, o que a gente realmente quer qual é o procedimento correto... tem... tem alguma coisa diferente, que não está certo?

Vamos procurar um outro órgão, como senhora procurou, aí depois quando vier a resposta como veio agora, de que eu estava com a razão, eu não sair daqui como uma pessoa que estava... até a própria deputada Erica fez um comentário sobre o meu procedimento, então deu (Inaudível.) que nós estávamos certo, entendeu, presidente, então é sempre importante, eu acredito na... de manter a calma, né? A gente sabe que são, são, são muito aí que é... são polêmicos, então eu acho que se nós todos mantivermos aí a calma, o bom-senso, eu acho que a gente consegue chegar no finalmente. Era só isso meu comentário. Muito obrigado, presidente, e parabéns pela condução dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Obrigada, deputado. É exatamente por isso que nós fomos nos respaldar com Procuradoria. Entrou também a deputada Marina Helou. Votação nominal para o Item 1 passar a ser o Item 10. Como vota o deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Eu voto sim, presidente, para passar para o Item 10.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Enio Tatto?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Eu voto sim, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Barros Munhoz?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu voto sim, Sra. Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu voto sim, também.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu voto sim, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Delegado Olim não entrou. Deputada Erica Malunguinho.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Eu voto sim, presidente (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota a Deputada Marina Helou? (Vozes sobrepostas.)

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Bom dia a todos e todas, voto sim.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, hoje eu não vou esquecer, deputado Estevam Galvão, como vota o deputado Estevam Galvão?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sim, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - (Inaudível.) por oito votos, é aprovada (Vozes sobrepostas.) O Item 1 passa a ser o Item nº 10. Vamos para o Item nº 2.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Adalberto.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Questão de ordem, no caso. Presidente, em cima do que foi solicitado aí para a Corregedoria, para o pessoal da Procuradoria para poder é... nós tivemos aí o pessoal da Procuradoria da Casa. A senhora inquiriu também sobre a questão do pedido de vista, que foi um outro Item que também teve uma confusão. (Vozes sobrepostas.)

Tive um acordo aqui da comissão para que nenhum item que fosse dessa fase tivesse pedido de vista, no entanto, na reunião anterior já havia pedidos de vista pelo deputado Enio e pelo deputado Wellington Moura, aí então nessa situação a senhora pediu também para que esse item fosse analisado.

Eu acho interessante a senhora começar, ver se haveria essa possibilidade ou não, de um acordo de pedido de vista ou não, para a gente poder continuar, porque se, se dois deputados já pediram vista nessa fase, né? E isso é um Item que também deu problema quando nós pedimos vista, eu pedi, o deputado... se não me engano, o deputado Delegado Olim pediu também, aí houve uma confusão se pediria ou não. Então se a senhora pudesse esclarecer antes da gente dar o andamento seria eu acho que um pouco mais profícuo o trabalho.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, eu suspendi momentaneamente o pedido de vista porque, na verdade, se nós consideramos que um processo não foi sequer admitido, tem só uma representação, não foi juntado nenhum documento novo, que (Inaudível.) daquilo que a gente já leu e já recebeu, para pedir vista quando não a defesa, é... ainda não tem nenhuma defesa de mérito apresentada, não teoricamente.

Um processo formado a ponto de se pedir vista, mas eu estou reparando uma resolução para nós votarmos aqui. Se todos concordarem, para que a gente possa... ser admitida a vista após a (Vozes sobrepostas.) a defesa de mérito, porque aí já tem o parecer do relator, a defesa prévia, aí sim a vista (Vozes sobrepostas.)

Eu entendo (Vozes sobrepostas.) compatível porque o processo já tem elementos novos para que se possa verificar (Vozes sobrepostas.) porque, qualquer medida antes disso, eu entendo que é uma medida que procrastina (Vozes sobrepostas.) para (Inaudível.) e sem nenhuma... "ah, tem um fato novo"... então, eu estou preparando uma

resolução, para a aprovação de V. Exas., para que a gente possa criar uma, uma ação normativa dentro do Conselho de Ética. Bom, vamos então ao Item número 2 (Vozes sobrepostas.) representação da autoria.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Presidente, uma questão de ordem ainda, presidente. Então, como que ficaríamos aqui, já houve pedidos de vista de dois parlamentares que foi concedida, como ficaria então nesse caso. Foram todos os pedidos suspensos, com o parecer da procuradoria, nós suspendemos porque era um acordo que existia, só que como era um acordo que foi um acordo verbal, constando em Ata, inclusive, mas verbal, eu estou preparando uma resolução para que fique uma, uma, crie uma, uma, uma norma para que não haja nenhum de precedente que possa modificar o que já tinha sido combinado, está bom, deputado? (Vozes Sobrepostas.)

Com todo respeito, deputado, eu me dava por satisfeito com a resposta porque eu entendo o seguinte: se já começou o processo de (Inaudível.) desse processo e outro pedido de vista, eu só preciso entender o seguinte: há possibilidades de pedidos de vista ou não?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, se quiser pedir vista hoje, enquanto não tem resolução normatizando, o senhor tem interesse de pedir vista de algum processo? (Vozes sobrepostas.) que já tenha sido admitido?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não, a senhora que tem que normatizar isso, no começo da reunião (Inaudível.) falou na reunião anterior. Se tivesse alguém interessado em pedir vista, que fosse feito no começo da reunião, para não ter nenhum problema (Vozes sobrepostas.)

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - A deputada, presidente, ela está dizendo que vai ser feito uma, uma, uma mudança de resolução, essa mudança vai ser passada aqui na Comissão do Conselho de Ética, sendo aprovado, vai a plenário, é a (Inaudível.) pelos noventa e quatro deputados, para que possa mudar a resolu... possa mudar, no caso, o regimento interno em respeito ao Conselho de Ética, até lá, acho que é possível pedir vista, eu acho que é isso que a presidente quis (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É... eu... é... eu...
Deputado Wellington (Inaudível.) razão do que você está falando. Deputado Adalberto, o senhor teria a compreensão nesse momento para que a gente não pedisse vista hoje, dos processos, é uma solicitação, não é cerceamento de defesa, mas que poderá haver pedido de vista, ele admitido, apresenta aquele que foi representado, vai apresentar a sua Defesa de Mérito e aí eu acho que caberia vista, se senhor, agora, se o senhor quiser pedir vista eu não posso negar, hoje, enquanto a resolução não foi (Inaudível.), eu só peço, se o senhor quer pedir vista de algum eu não posso cercear seu direito (Vozes sobrepostas.)

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, quem pediu?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Deputado Estevam. Não tem (Vozes sobrepostas.) (Inaudível.) vista agora, eu acho que nós devemos deixar e aguardar a resolução de Vossa Excelência. Eu acho que você tem razão, meus parabéns, eu acho que não é momento, não existe razão nenhuma para pedida de vista agora. Tem a ver pelo menos admissibilidade, você tem que pedir vista no momento em que o processo tiver já um relator, aí você pede vista eventualmente para discordar ou para apresentar um voto separado. Eu acho que hoje nós deveríamos atender ao apelo da nossa presidente e não pedirmos vista.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente. (Vozes sobrepostas.) Eu vou nessa linha, eu acho que (Vozes sobrepostas.) Eu vou nessa linha, eu acho que a questão de bom senso, para a gente continuar os trabalhos, mesmo porque era um acordo já da Comissão de Ética de ninguém pedir vista antes da admissibilidade, porque não tem sentido, né? Você pedir algo que ainda não foi nem admitido. Então, eu também faço apelo, concordo com o encaminhamento de V. Exas., para que a gente possa continuar a pauta, né? Fazer essas votações, e depois desse projeto de, dessa, dessa resolução aprovada e depois da admissibilidade, aí quem quiser pedir vista obviamente é um direito de cada deputado o faça, né? Mas eu acho que nesse momento é só perder tempo, é procrastinar os trabalhos se a gente segurar novamente isso, eu acho que, a Comissão de Ética tem que dar um resultado aí daquilo que a sociedade precisa saber, né?

Sobre o ocorrido em todos os Itens, então eu concordo com o encaminhamento de Vossa Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Adalberto, o senhor concordaria, pedir a Vossa Excelência... O senhor não vai perder, o senhor não perde o direito de pedir vista, mas que o senhor pudesse aguardar as nossas... votarmos a resolução e, oportunamente, o senhor pede vista. O senhor não tem nenhum, nenhum, o senhor vai perder nenhum momento processual que considere cerceamento de defesa.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não. Pela ordem, presidente, não, eu acho bonito, achei bonito aí, o, o discurso do deputado Enio Tatto, mas os três primeiros pedidos em (Inaudível.) ele já tinha pedido vista, a menos que o deputado Enio tenha mudado de posição, que até então, quando começou a reunião anterior, no dia 8 ele pediu vista em três processos. (Vozes Sobrepostas.) Exatamente (Vozes Sobrepostas.)

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sra. Presidente. Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Quem que está querendo pela ordem? (Vozes sobrepostas.) só um minutinho, deputado Delegado Olim pediu a palavra (Vozes sobrepostas.)

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Como é que ficou então, como é que ficou a vista dos requerimentos? Não pode pedir vista, é isso?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não, nós estamos, acabou... é que o senhor entrou agora, eu coloquei que nós tínhamos já uma decisão, assim que nós assumimos a Comissão de Ética, embora tenha mudado segundo (Inaudível.) que não se pediria vista, inicialmente do processo que ainda não tinha defesa de mérito, porque não tinha nenhum fato novo, tinha apenas a representação contra um deputado ou deputada, mas não tinha nenhum fato novo, mas já com a defesa de mérito, a qualquer momento, aí tem fato novo, justifica o pedido de vista. Agora pedir vista de um processo que tem só uma representação, não tem ainda defesa de mérito, não, nem passou pelo

relator, particularmente, a gente entende que não tem nada de novo para pedir vista de uma representação que nós já temos cópia e já (Vozes sobrepostas.) conhecimento (Vozes sobrepostas.)

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Presidente, presidente, pela maioria, estão todos do... agora, os deputados estão a favor, a maioria está com a senhora?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É... Deputado, nós não estamos votando hoje, que eu estou preparando, o senhor entrou agora, nós estamos fazendo, preparando uma resolução para normatizar (Vozes sobrepostas.) Questão de bom-senso, que a gente, hoje, pudesse fazer o julgamento da admissibilidade, aí sim, depois no próximo momento pedisse vista, eu acho que seria o momento novo, porque aí já vai ter a defesa de mérito dos representados. Agora o (Vozes sobrepostas.)

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Concordo, concordo, então.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pode ser assim, deputado? (Vozes sobrepostas.) Deputado Adalberto Freitas? (Vozes sobrepostas.)

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não há nenhum prejuízo ao deputado que pretende pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Bom, então vamos ao Item 2 (Vozes sobrepostas.) Oi? Bom, vamos então ao Item nº 2. Processo RGL 6944/2021, representação de autoria do deputado Gil Diniz contra o deputado Arthur do Val por quebra de decoro parlamentar, é... em discussão. (Pausa.) Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Como vota o deputado Adalberto Freitas? Para a admissibilidade, nós estamos julgando a admissibilidade.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Oh, presidente, só uma questão de ordem. Se a senhora, se a senhora, acabamos de entrar com o da maioria aqui, que tudo vai ser admitido, poderia fazer um (Inaudível.) e admitir tudo então. Votar em (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu prefiro por questão de não levantar nenhuma dúvida sobre a questão, porque existe também o processo de discussão, no momento de discussão. Deputado Frederico d'Avilla poderá querer falar e a deputada Erica ou a advogada dela, poderá ter os 10 minutos para poderem falar, se nós fizermos isso nós estaríamos cerceando a defesa dos representantes (Vozes sobrepostas.) Então, como vota o deputado Adalberto Freitas? (Vozes sobrepostas.)

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, deputada. Pela ordem, presidente (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem quem? (Vozes sobrepostas.) Deputada Marina, quer falar?

A SRA. MARINA HELOU - REDE - (Vozes sobrepostas.) Eu tenho uma sugestão, eu concordo com a senhora que a gente precisa colocar todos os projetos em discussão, mas aí em votação ao invés de ser nominal, podia ser simbólica, todos aqueles que permaneçam... que estejam de acordo permaneçam como se encontram, aprovados... Porque acho que não prejudica a discussão que a gente precisa fazer um por um, mas não precisa fazer votação nominal em todos. É uma sugestão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Votação? Alguém é contra essa decisão de votar dessa forma? Quem quiser se manifestar contrário se manifesta? Bom, então vamos (Vozes sobrepostas.) Pois não, deputado Adalberto.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Eu estou de acordo com o que a deputada Marina Helou falou porque aí nós, nós ganhamos tempo, não (Vozes sobrepostas..) tiraremos aí, o direito de defesa do item, mas nós, é... ficaria mais ágil o processo. Parabéns, deputada Marina.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Está. Os Srs. Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a admissibilidade do Item 2. Item nº 3, Processo RGL 7915/2021, representação de autoria do deputado Gil Diniz contra a deputada Erica Malunguinho,

por quebra de decoro parlamentar. Em discussão, não havendo orador (Vozes sobrepostas.)

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputada Erica.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - A minha advogada Maira (Inaudível.) ela pediu a palavra, por favor.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ela tem, pelo regimento, ela tem 10 minutos para fazer a defesa.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Estou com a palavra, presidente?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY- PSDB - Deputada, é, ou a deputada ou a advogada (Vozes sobrepostas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Quem pediu pela ordem? Deputado Barros? (Vozes sobrepostas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É... Deputada Erica Malunguinho, eu entendo que não cabe agora uma manifestação do advogado, aliás, brilhante advogada itapireense, a Dra. Maira. Já era uma razão para querê-la ouvir, para querer ouvi-la, mas não tem sentido agora, nós estamos na admissibilidade, nós estamos decidindo que todos serão repetidos, não tem sentido isso. (Vozes sobrepostas.) Acabamos de decidir que vamos acolher todos, admitir todos os processos (Vozes sobrepostas.) Depois é que cabe a defesa prévia e a apresentação do advogado.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - É... é... Deputado Barros, eu entendo isso, é... eu sou uma defensora desde o início de que a admissibilidade seja para

todos os processos, desde o biênio anterior e não estou me opondo a isso, só que o direito a defesa, ele é inconteste, então, assim (Vozes sobrepostas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Fará, fará a defesa no momento oportuno.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Ok, mas não é, não é inibir, não é para inibir a defesa, eu gostaria só de que a gente ouvisse (Vozes sobrepostas.)

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Estevão.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - (Vozes sobrepostas.) se não admitiu ainda, não existe nenhuma razão para que o advogado fale ou faça alguma defesa. Primeiro tem que haver a admissibilidade para existir a razão para a presença do advogado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Foi o que nós acabamos (Vozes sobrepostas.) Nós discutimos isso e aprovamos por unanimidade isso (Vozes sobrepostas.)

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Colocar em discussão, colocar em votação, deputado Barros está correto (Vozes sobrepostas.) colocar em discussão pelos deputados e aí (Inaudível.) em votação, após sim, aí o advogado pode representar.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem, presidente. Pela ordem, Sra. Presidente. O microfone da Exa. está desligado, nós não estamos ouvindo a voz da deputada Maria Lúcia. Está desligado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ah, pois não, deputado Adalberto pediu a palavra.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Sim, eu quero manifestar total apoio aqui, tanto ao que deputado Estevam Galvão falou, como o que deputado Barros Munhoz, que não seja o momento mesmo de defesa. Nós temos que admitir, é o que foi falado

mesmo, nós acabamos de fazer um acordo para poder a... a coisa andar de uma forma melhor e aí já vai parar de novo. Então, deputada Erica, não quero cercear seu direito de defesa, de forma alguma, mas nós acabamos de fazer um acordo de que vamos admitir tudo e, então que não seja a hora da (Vozes sobrepostas.) manifestar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Erica, pelo que eu estou percebendo, não tem unanimidade para que seja ouvida a deputada... A senhora não perderá o seu direito de defesa e terá a oportunidade de fazê-lo, então nesse momento, se nós criarmos um precedente, eu acredito que nós vamos criar...

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Presidente (Vozes sobrepostas.) Eu sigo o protocolo e o regimento de tudo que foi acordado aqui desde o momento em que eu estou neste Conselho de Ética, e, assim, eu vi, como algumas semanas atrás, isso começou a ser mexido de uma outra forma, inclusive, dando a oportunidade do deputado Frederico d'Avilla fazer uma fala antes da admissibilidade. Eu reitero de que não estou impedindo a admissibilidade, eu só estou querendo abrir a escuta para minha advogada, não é sobre admitir ou admitir ou não admitir, eu estou falando sobre escuta e isso pode ser feito de forma muito breve e isso não traz nenhum ônus ao processo ou impede nossos acordos aí no decorrer do... (Inaudível.) das comissões.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada, eu, vamos fazer o seguinte? Se nós formos debater, nós vamos ficar mais tempo debatendo do que ouvindo a deputada (Vozes sobrepostas.) Então, por uma questão de tempo, vamos proceder então à oitiva da deputada, dez minutos (Vozes sobrepostas.) a discussão vai se alongar e nós vamos perder mais do que dez minutos e sem ouvi-la. Fala, deputado Enio.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Apenas isso, eu acho que, sabe, por mais que a gente não queira ouvir a deputada (Vozes sobrepostas.) Pelo Regimento Interno, dá esse direito a ela. Eu acho que ela poderia, deputada Erica, poderia fazer um gesto, permitir que a sua advogada não comentasse agora, mas eu também não tiro o direito que V. Exa., deputada Erica, tem de poder utilizar, fazer uso dessa defesa nesse momento, mas eu acho que, por um gesto de todos aqui, V. Exa. poderia abrir mão da sua advogada falar, mas (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ok. Com a palavra então, a Dra. Maira para um tempo de dez minutos, por favor.

A SRA MAIRA - Obrigada, Excelência, Excelentíssima Senhora, Excelentíssimos Srs. Deputados e Deputadas. Faço uma menção especial ao deputado Barros Munhoz, que realmente é meu conterrâneo. Eu serei bem breve e não usarei os dez minutos regimentais. Na realidade o pedido de fala se dá antes do pedido da, antes da decisão já de admissibilidade, em homenagem aos princípios constitucionais de ampla defesa e contraditório, de modo que qualquer julgamento, seja ele político, seja ele judicial, deve, antes de se manifestar ouvir a defesa, é nesse sentido que é minha fala.

É claro que nesse momento, os senhores e as senhoras decidiram sobre a admissibilidade do processo e isso vale dizer que serão examinados apenas nessa fase processual, indícios de autoria e de materialidade. Como uma apresentação não versada, diga-se de passagem, não há qualquer materialidade que possa ensejar, qualquer aplicação de finalidade, de falta parlamentar à deputada Erica Malunguinho, é que a defesa pede para que esse processo não seja admitido, na realidade. Os fatos e os atos descritos na representação não atraem qualquer falta funcional, mais do que isso, o que a deputada Erica Malunguinho provocou e se manifestou em suas redes sociais estão absolutamente cobertos pela liberdade de expressão e também pela imunidade parlamentar.

A deputada simplesmente fazia a defesa de algumas pessoas, de fatos públicos e notórios que foram divulgados por toda a imprensa nacional e pedia a manifestação do Judiciário. Muitas dessas manifestações, no esteio de sua atividade parlamentar em defesa das pessoas que são suas eleitoras e que a elegeram, enquanto deputada, acho que uma vez admitida essa representação, no devido respeito, e acatamento abre-se um precedente perigosíssimo não só para a deputada, mas para todos os parlamentares que exercem a sua função legislativa se posicionando, onde quer que estejam, de acordo aí com as suas convicções políticas, sociais e econômicas.

Mais do que isso, eu deixo registrado que se pode tratar, evidentemente, de uma violência de política de gênero, quando uma parlamentar legitimamente eleita se manifesta e contra si começa a pesar representações infundadas, nesse sentido já me encaminhando pro final. O pedido da defesa, portanto, é que não seja admitida essa representação malfadada que na realidade não tem qualquer indício de materialidade, mais do que isso sugere violência política de gênero. É esse o requerimento, Excelência. Muito obrigada pelo uso da palavra.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, presidente. Está desligado o telefone da presidente.

A SRA PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desculpa, o meu estava sem som, com a palavra o deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Presidente, eu entendo que a argumentação da nobre advogada, dona Maira, é perfeitamente procedente. É evidente que não cabe admissão nesse caso, salta aos olhos, não há absolutamente nada o que se averiguar. Eu acho que a deputada Erica Malunguinho não falou nada de mais, se não, não vai ter mais parlamento no Brasil. Então, se for possível, eu peço que se faça uma reconsideração desse caso e se tiver mais algum também, então eu queria votar contra a admissibilidade. Eu acho que é um direito que a gente tem, não pode ser admitido um processo como esse, é essa a minha convicção. Ora, se não for assim eu peço que registre meu voto contrário a esse projeto.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vamos proceder então à votação nominal. Como vota o deputado... (Inaudível.) nós vamos votar pela admissibilidade ou não do Item nº 3. Como vota o deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL- Eu voto, eu voto contra. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela, pela admissibilidade do processo?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Então, eu, olha... mais uma vez, presidente, está muito complicado isso aí. O deputado Barros Munhoz, há 5 minutos atrás ele falou que era para admitir tudo, agora ele volta e fala que não é para admitir esse aqui. Está muito confusa essa votação (Vozes sobrepostas.) Nós, nós fizemos. (Vozes sobrepostas.) Nós fizemos um acordo aqui que é admitir tudo, o próprio Barros, há pouco, subiu lá atrás e falou que ia admitir. Agora já não está admitindo mais, então, a gente está

muito confuso, a gente tem que ter uma linha aí ou nós vamos admitir tudo ou não vamos admitir nada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Está bom, então (Vozes sobrepostas.)
Presidente, eu retiro a minha posição.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor, eu ia pedir exatamente isso (Vozes sobrepostas.) Nós criamos um precedente...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E peço que registre o meu voto contrário, só isso.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Está ok. Então (Vozes sobrepostas.) Deputados e deputadas (Vozes sobrepostas.) que concordam com a admissibilidade do Item nº 3. permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a admissibilidade do (Item) número Item nº 4. Processo RGL 9789/2021, representação de autoria do deputado Gil Diniz contra o deputado Arthur do Val, por quebra de decoro parlamentar. Os deputados e deputadas que concordam com admissibilidade permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Item seguinte...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, presidente!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - (Inaudível.) em tempo, também sobre o acordo em que o deputado Barros Munhoz colocou, mas para cumprir o acordo eu votei pela admissibilidade do item da deputada Erica, para depois votar pelo arquivamento, depois que for nomeado o relator, está? Só para deixar bem claro isso.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É, aliás, deputada, e a todos os deputados eu quero dizer o seguinte, repetir: quando se julga a admissibilidade, não está se condenando, nós estamos dando a oportunidade de apresentar a defesa de mérito mais um momento de defesa. Então nenhuma ação está sendo

prejudicada agora. (Item) número 5. Processo RGL 13107/2021 - representação de autoria dos deputados Emidio de Souza e Ataíde Teruel contra o deputado Frederico d'Ávila por quebra de decoro parlamentar. Os deputados e deputadas que concordam com admissibilidade permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a admissibilidade do Item nº 5. Item nº 6.

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB -Pela ordem, deputado Frederico d'Ávila.

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - O meu tempo de 10 minutos é agora ou não?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Oh, deputado Enio, nesse (Inaudível.) em que o deputado Frederico não concorda e os outros deputados questionam. Nós vamos ficar mais tempo discutindo se dá ou não a palavra do que se dar os 10 minutos para ele, se todos concordarem, eu daria a palavra agora, deputado Enio, para o deputado Frederico d'Ávila. Para que a gente não crie nenhuma situação de cerceamento de defesa, que possa procrastinar o processo, que não é o que nós queríamos para nenhum dos processos aqui, nós queremos votar a admissibilidade, então com a palavra o deputado Frederico d'Ávila.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pois não, deputado Adalberto. O deputado Enio já terminou?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Terminei, né? Mas está muito estranho, então para que é que serve a defesa prévia por escrito?

O SR. - Essa é minha questão, então ele tem defesa prévia ou não tem defesa prévia? Porque se a admissibilidade é automática, então para que serve a ferramenta de defesa prévia? É isso, justamente isso, que eu quero entender.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Foi feito por escrito, vamos votar agora se cabe ou não cabe, se a gente vai acatar agora a defesa ou não, só isso. E vamos tocar em frente, gente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Enio, em nome de não ter alegações que possam protelar esse processo, eu quero dar a palavra ao deputado Frederico d'Ávila, para que não haja alegação de cerceamento de defesa. Com a palavra deputado Frederico d'Ávila.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Questão de ordem, presidente, e pedi pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ah, deputado, a gente não, pois não, deputado Adalberto. Eu queria pedir a compreensão de todos vocês, porque nós estamos levando mais tempo debatendo sim ou não do que ouvindo, mas, pois não, com a palavra deputado Adalberto.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não, eu quero voltar para o Item 5, que a senhora falou que estaria votando no Item 6, mas na verdade nós nos referimos ao Item 5, que a senhora não deu o comando de discussão. Quando o deputado Frederico d'Ávila ia pedir para falar, então eu queria saber se é o Item 5 ou o Item 6, para não ter problemas aí na questão de Atas aí, para poder deixar a coisa certa.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Frederico, o senhor quer falar também sobre o Item 5, que nós estamos falando do Item 6. O senhor concorda em...

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Não, o Item 5 não foi colocado em discussão...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então o senhor tem a palavra por 20 minutos para Item 5, por favor.

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Bom, de acordo com o que foi enviado por escrito, fica patente aqui, apesar do acordo de admissibilidade automático, que já foi feito um pedido de desculpa formal, via... que foi difundido para toda a imprensa, por todos os canais possíveis e a mesma carta de retratação foi lida por este deputado no plenário da Assembleia Legislativa, na primeira sessão subsequente à sessão que foi motivo dessa representação. A retratação pública, portanto, foi apresentada...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Frederico, desculpe, a sua imagem não está no ar. Pois não, voltou.

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - A retratação pública, portanto, foi feita e o presente pedido de desculpa e de retratação foi feito, portanto, me causa espécie, apesar do acordo de admissibilidade de esses procedimentos, dessas representações, uma vez que eu já pedi desculpas pelas palavras das quais eu me excedi através dessa carta e da leitura da mesma no plenário da Assembleia Legislativa, da tribuna da Assembleia Legislativa, que foi o mesmo local que eu proferi as palavras, que eu proferi o discurso e que lá eu estou protegido pelo artigo 53 da Constituição Federal da União.

Então, eu queria aqui deixar muito claro, né? Muito claro, que essa minha retratação já foi feita, já foi amplamente divulgada, eu estou protegido pela Imunidade Parlamentar, apesar de não estar utilizando da Imunidade Parlamentar para estar justificando as palavras que eu proferi no dia 14 de outubro, que eu admito que me excedi e, portanto, fiz, na primeira seção subsequente, o pedido de desculpas por escrito e li a carta ali naquele local.

E, portanto, fica aqui também registrado que, naquele momento eu estava, naquela semana, não estou aqui também justificando, eu estava com uma série de problemas que me atingiram e que me motivaram a agir daquela forma, o que também quero dizer aqui que foi totalmente inadequado, bem como as palavras que eu escolhi. Portanto, apesar disso, me retratei na primeira oportunidade possível, apresentei defesa prévia, apesar de ver aqui que ela não vale nada, porque a admissibilidade é automática e, portanto, apesar da admissibilidade ser automática, eu acredito que, guardados os dispositivos legais do artigo 5 da Constituição Federal e do artigo 53, não é passível da admissibilidade das presentes representações.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ok, deputado Frederico, vamos então ao Item nº 6, Processo RGL 13107/2021 - representação de autoria do deputado Luiz Fernando Teixeira Ferreira contra o deputado Frederico d'Ávila, por quebra de decoro parlamentar. Em discussão. (Pausa.). Deputado Frederico, vai querer se manifestar?

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - De novo eu queria aqui deixar claro que eu estava naquele momento do dia 14 em que proferi o discurso na tribuna da Assembleia Legislativa, estava protegido pela Imunidade Parlamentar, que está prevista na Constituição Federal, na Constituição Estadual, no Regimento da Assembleia Legislativa e é de ampla (Vozes sobrepostas.)

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Questão de ordem, só um minutinho... o Item 5 foi colocado para poder admitir? Deputada, a senhora está sem áudio de novo, deputada Maria Lúcia.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Adalberto, o Item 5 já tinha sido votado a admissibilidade, nós demos essa, nós demos essa conceção para o deputado não alegar, no Item 6, nós estamos agora com o deputado se manifestando (Vozes sobrepostas.) Deputado Frederico, o senhor quer se manifestar.

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Pois não, deputada Maria Lúcia, voltando, eu queria dizer que apresentei a defesa prévia e usei o mesmo espaço onde foi feito o primeiro discurso do dia 14 de outubro e fiz ali a minha retratação e queria aqui cumprimentar o ex-ministro Barros Munhoz sobre o que ele falou do exercício do mandato dentro do plenário, que por mais que às vezes a gente cometa excessos, é ali o local que se a gente eventualmente comete excessos, deve-se utilizar para se retratar, para se desculpar, para pedir perdão para aqueles que se sentiram ofendidos que foi exatamente o espaço que eu utilizei.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Exatamente o mesmo local que eu proferi o discurso, exatamente o mesmo local, ainda tem mais amplitude a carta de desculpas, o discurso de desculpas, e fazendo minha retratação do que propriamente ao discurso em si que se deu somente no âmbito da Assembleia

Legislativa. Deputado terminou? Então, em votação nominal, como vota o deputado Adalberto Freitas? Nós estamos votando a admissibilidade do Item nº 6, deputado Adalberto, como vota?

O SR. - Pela ordem, presidente, pela ordem, novamente vai dar confusão. A deputada Marina Helou tinha pedido para senhora para gente poder votar sem ser nominal para ganhar tempo e a senhora voltou de novo a votar nominal para não perder tempo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, na verdade, como o deputado pediu para... se sentiu... ele tem o direito de discutir, nós tínhamos concordado com isso, mas ele pediu a palavra, aí em nome do cerceamento da defesa, nós estamos dando a palavra para ele, não posso impedir que ele possa discutir.

O SR. - Não é isso, deputada, não é isso, é a votação nominal que a deputada...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Está bom, então, ah, desculpa entendi, então os deputados que concordam pela admissibilidade permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Desculpa, o senhor tem razão.

O SR. - Imagina, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Item nº 7. RGL 13108/2021 - representação de autoria das deputadas Carla Morando e Patricia Bezerra e do deputado Marcos Zerbini contra o deputado Frederico d'Ávila, por quebra de decoro parlamentar. Em discussão. O deputado vai querer discutir, o deputado Frederico d'Avila? Deputado Frederico, o senhor vai discutir?

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Novamente, eu quero colocar aqui que as representações são do mesmo tema, como disse o deputado Barros, eu queria dizer aqui, que já foi feita a retratação ampla, de forma ampla, para todos os canais possíveis e imagináveis, na primeira sessão subsequente a qual proferi o discurso. Desta forma (Vozes sobrepostas.) Oi, pois não, deputado Wellington.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Senhor me dá a palavra?

Um minutinho?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Wellington, é pela ordem?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu pedi se ele podia me dar uma palavra em cima da, da fala dele, só para... (Vozes sobrepostas.) Deputado, fazer um apelo à Vossa Excelência, o desgaste, eu sei que é sua defesa, você tem todo o direito, mas acho que isso está trazendo um desgaste aqui para os deputados, desnecessário, eu acho que isso aí fica, fica até ruim, eu quero te fazer (Vozes sobrepostas.) você tem todo o direito, mas (Vozes sobrepostas.)

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Só queria colocar o seguinte, antes de o Senhor entrar, disseram que iam colocar todos os itens num item só. Aí disse primeiro que ia ter admissibilidade automática, depois que não iria, então eu estou usando aqui para me defender... eu não, eu não, eu estou aqui dentro do que eu posso falar, eu não estou invadindo não, eu estou...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, está contando o tempo da defesa do deputado Frederico, volta já a palavra para o deputado Frederico, deputado Wellington, porque infelizmente, ele não quer abrir mão da palavra, então nós não podemos impedir. Para concluir então, deputado Frederico.

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Para concluir eu estou protegido pela Lei Federal no artigo 53 e, portanto, quero reiterar aqui que já fiz o pedido de desculpas e retratação, do mesmo plenário da Assembleia Legislativa, dando ampla divulgação na carta do texto e todos aqueles que se sentiram ofendidos.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Em votação pela admissibilidade. Deputados e deputadas que concordam permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovada a admissibilidade o Item nº 7. Item nº 8. Processo RGL 13115/2021, representação de autoria do Deputado Paulo Roberto Fiorilo contra o Deputado Frederico d'Ávila, por quebra de decoro parlamentar. Deputado vai discutir, deputado Frederico?

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Para reiterar que todos os argumentos utilizados para minha defesa estão colocados na defesa prévia que infelizmente nós ficamos sabendo aqui hoje que a admissibilidade é automática.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ok. Deputados e deputadas que concordam permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovada a admissibilidade o Item nº 8. Item nº 9. Processo RGL 13628/2021, representação de autoria da deputada Valéria Bolsonaro contra o deputado José Américo por quebra de decoro parlamentar. Os Deputados e deputadas que concordam...

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Discussão, deputada, quero discutir esse item.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, com a palavra, deputado Adalberto.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Tá bom, eu sei que embora vai ser admitido, mas eu quero já, não sou advogado do deputado José Américo, mas quero colocar aqui que isso aí é inadmissível um pedido desse contra o deputado José Américo, que é um importante político aí, a gente conhece (Inaudível.) Ele falou numa sessão ordinária do dia 27 de outubro de 2021, um vídeo gravado no YouTube, no YouTube, sobre uma professora chamada Nise Yamaguchi, o deputado comentou sobre crimes ligados, aí foi a denúncia da deputada, né?

Só que no dia seguinte, o deputado José Américo se retratou e pediu para retirar até as notas taquigráficas, a discussão era em relação a Prevent Senior. O deputado José Américo mencionou estar acobertado pela Imunidade Parlamentar absoluta, pois proferiu seu discurso dentro de um ambiente parlamentar, quer dizer, o parlamentar não pode falar nada nem na rede social? Então eu sou contra, eu sei que vai ser admitido, mas eu sou contra esse tipo de situação, defendo o José Américo, porque não pode ser cerceado o direito de parlamentar de falar o que ele pensa. Muito obrigado presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Os deputados e deputadas que concordam com a admissibilidade do Item 9 permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado. Item nº 10.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Presidente, eu quero deixar meu voto.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Marina Helou.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Não, eu queria só deixar um registro claro, na fala do deputado Frederico. Deputado Frederico registrou que sentiu o seu direito de defesa cerceado, por não estar entendendo o que está acontecendo, eu queria só registrar que o fato de ele não estar entendendo não significa que ele teve o direito dele cerceado e teve o direito dele respeitado. E também queria registrar que não existe uma admissibilidade total, a gente está passando um ponto a ponto e o fato deste colegiado ter um acordo de um entendimento sobre a admissibilidade de todos os atos, não significa que não está tendo a discussão e a votação de item por item. Então acho que é importante registrar que esse Comitê de Ética está seguindo todos os passos de discussão e votação de todos os itens com todas as defesas registradas, para que a gente possa dar continuidade aos nossos trabalhos.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem, presidente.

SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Adalberto.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Eu quero deixar meu voto registrado contrário à admissibilidade do Item 9.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desculpe, Item 9? Registrado. Item nº 10, deliberar sobre a juntada dos Itens 5 a 8, bem como o processo RGL 13511/2021, representação de autoria do deputado Raul Marcelo contra o deputado Frederico d'Ávila, por quebra de decoro parlamentar, admitido na reunião de 8 de novembro por versarem sobre o mesmo objeto. Deliberar então sobre essas representações. Os deputados e deputadas que concordam com a juntada desses projetos

permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado. Então os processos são pensados ao processo já existente. Quero aqui agora...

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, se o senhor preferir aguardar todos os quatro processos, se o prefere falar agora, o senhor tem 10 minutos em todos seus processos. O senhor prefere falar agora ou no final de todos?

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Dez por cada processo, né?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Teoricamente sim, mas a defesa versa sobre a mesma situação, o senhor quer falar dez minutos de cada processo?

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - É porque eu não estou entendendo. Primeiro diz que vai admitir em pacote, aí agora não admite em pacote, eu concordo aí com o deputado Barros, que se for levar tudo ao pé da letra do jeito que está sendo colocado, acabou o parlamento brasileiro, então. A primeira admite em pacote, depois não admite em pacote, aí tem defesa prévia, aí não tem defesa prévia, aí votou pela juntada dos itens, agora quer que eu fale dez minutos sobre os cinco, depois que votarem todos, isso aqui (Vozes sobrepostas.) esse procedimento. Deputada Maria Lúcia, eu estou calado aqui desde que começou e eu mostrei as outras reuniões para professores de direito constitucional etc. e tal, está eivado de erros. Então, eu aqui me sinto participando de um, de uma, de um procedimento totalmente sem regras, e sou vítima disso inclusive. Agora, agora se a senhora puder, eu quero dez minutos para cada item.

A SRA PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, apenas só lembrando o senhor, que no Item nº 5 eu falei aos deputados que concordam com admissibilidade permaneçam como se encontram, ele foi aprovado, então, no Item 6 agora (Vozes sobrepostas.)

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Então, eu quero dez minutos por cada um e quero que fique registrado que foi cerceado meu direito de defesa de dez minutos

no Item 5, porque eu não entendi o regramento que está sendo utilizado. Primeiro diz que vai ser admitido em bloco, depois não, não vai ser admitido em bloco, aí muito bem o nosso decano Barros Munhoz falou, muito bem aí, na fala que me antecedeu, a Dra. Maira também coloca muito bem a questão, assim como a deputada Erica, então fica muito difícil a gente entrar num campo que não tem regras, né? E que as regras vão sendo feitas de acordo com o caminhar da, da, da comissão, então vai mudando a regra, conforme vai se descobrindo os problemas, muito complicada essa situação.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Questão de ordem, presidente. O seu, o seu microfone está fechado, presidente. Está fechado de novo. Presidente, não está dando para ouvir o que a senhora fala.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Está me ouvindo?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Agora sim, abriu agora.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O deputado Frederico, quando eu no momento do quinto, do voto do Item nº 5, que ele pediu, eu falei, todos os deputados que concordam com admissibilidade permaneçam como se encontram, era o momento de ele apresentar sua defesa (Vozes sobrepostas.)

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Tem que falar "em discussão", pois na sequência "em votação", aí (Vozes sobrepostas.) É assim que tem que ser feito. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu acho que se nós começarmos todo mundo a discutir se sim, se não, se vocês concordarem, eu prefiro que o deputado Frederico d'Ávila fale os 10 minutos dele agora, para que não haja alegação de cerceamento (Vozes sobrepostas.)

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - (Vozes sobrepostas.) eu quero 10 minutos por item, que é o (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, está bom, o Item 5, deputado. (Vozes sobrepostas.) Espera um pouquinho, vamos por ordem, senão nós não vamos conseguir ninguém ouvir. O deputado Adalberto pediu a palavra, conclua seu raciocínio, por favor.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Por gentileza, obrigado, presidente, obrigado aos colegas. Olha, eu falaria exatamente aí como o deputado Frederico d'Ávila, a senhora colocou o Item 5, mas não colocou em votação, que era o momento que ele teria que pedir para poder falar, então foi muito rápido. Então até peço, deputada Maria Lúcia, a gente ter um pouco mais, assim, de não, não ser muito rápido, porque aí cessa o direito da pessoa de falar e o deputado Frederico d'Ávila tem todo direito de falar, são cinco, quatro itens, ele tem todo direito de falar, no tempo que ele quiser do tempo que ele quiser para não cercear o direito dele de defesa, como foi dado também para deputada Erica Malunguinho. Era isso (Vozes sobrepostas.)

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Questão de ordem, presidente (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu proponho não polemizar ainda mais, deputada Erica e vamos e vamos (Vozes sobrepostas.)

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Eu não quero polemizar, não, eu preciso falar rapidamente, por favor. Eu quero reiterar, repetir, que em nenhum momento eu fui contrária à admissibilidade de nenhum processo, como sempre foi pautado aqui desde o biênio passado. Então, assim, da mesma forma que o Frederico d'Ávila teve direito à defesa antes da admissibilidade, eu pus essa questão hoje e também não me oponho que ele o faça da mesma forma. Então só para não dizer que a gente está confundindo e mudando as regras, a coisa permanece da mesma forma e prestem atenção, para não acabar perturbando a imagem e o trâmite que está acontecendo aqui. Então é uma questão de atenção. Jamais fui contra a defesa e quero ouvi-lo com certeza. Admissibilidade para todos, com direito a defesa.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ok, deputada, eu também prefiro ouvir o deputado Frederico (Vozes sobrepostas.) da forma que ele

requereu para que a (Inaudível.) para não polemizarmos e criarmos amanhã alguma acusação de cerceamento de defesa, então com a palavra deputado Frederico d'Ávila.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Eu pedi pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, desculpa eu não ouvi, deputado.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Eu só pediria para a gente continuar os trabalhos do jeito que foi acordado, primeiro, eu não vejo necessidade e direito do deputado Frederico d'Ávila de falar agora, fazer sua defesa agora, porque ele já fez por escrito. Já tem a defesa dele, então nós já temos conhecimento, eu acho que não é o momento de ele falar agora, momento de ele falar é em outro momento, mesmo porque na reunião passada, quando V. Exa. passou a...a palavra para ele eu fiz esse questionamento, a senhora não deixou mais ele falar, o que é correto, porque a defesa prévia já foi feita e....

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Ele já colocou, e ele já colocou que vai falar cinco itens.

O SR. FREDERICO D'AVILLA - PSL - Pela ordem, Sra. Presidente. Eu quero que o deputado Enio, eu quero que o deputado Enio me mostre quando que eu falei na reunião passada, pode (Vozes sobrepostas.)

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Deputado, você não, você entendeu direito, eu estou falando que você pediu para falar, começou a falar (Vozes sobrepostas.) Eu estou com a palavra, né?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Enio, pois não?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Deputado Enio, se você me permite eu vou fazer uma sugestão. Sinceramente, eu acho absolutamente incompreensível que se vote um a uns projetos absolutamente idênticos, absolutamente idênticos. A minha sugestão é que se faça a votação conjunta desses processos todos, que se referem ao mesmo tema, ao mesmo assunto, é uma questão de lógica. (Vozes sobrepostas.) são admitidos ou não ou são englobados num só.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Barros, no começo da, quando o deputado Frederico se manifestou, eu perguntei se ele não queria esperar a admissibilidade de todos esses processos onde ele é representado, para que depois ele apresentasse a defesa. Agora ele pediu a palavra dos dez minutos de cada processo. Com relação ao Item 5, que já foi votado, nós estamos votando o Item 6 de admissibilidade e o deputado terá os mesmos dez minutos no Item n 6, porque o Item nº 5 já foi votado (Vozes sobrepostas.) Isso não vai ter cerceamento de defesa, por falar dez minutos ou não, com relação a isso. Então se nós começarmos a polemizar da forma que nós estamos, nós não vamos concluir.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito, vamos em frente, vamos em frente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, nós estamos agora no Item nº 6.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Adalberto.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Tinha pela ordem deputado Enio, depois deputado Frederico, depois eu, queria saber se vai manter pela ordem (Vozes sobrepostas.)

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Eu não concluí ainda, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desculpa, deputado Enio, com a palavra.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Não, é só para deixar bem claro, esclarecer ao deputado Frederico d'Ávilla, que quando ele pediu a palavra, eu questionei que não era o momento dele falar e aí V. Exa. interrompeu a palavra dele, então não é que ele falou, eu não falei isso, eu falei, ele começou a falar, eu questionei e V. Exa. corretamente interrompeu, então eu peço que a gente dê continuidade aos trabalhos e que, mesmo porque cada um fez sua defesa prévia, por escrito.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pois não, deputado.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - A senhora vai colocar a discussão desse item também, presidente?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, já aprovou.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Ah está, obrigado, então, mas a senhora não deu um comando de discussão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Senhor quer (Inaudível.) Deputado?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Não, não quero discutir, só quero depois, deputada, que ninguém recorra aí para falar que não deu tempo para alguém discutir.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não, eu disse aos deputados que concordam permaneçam como se encontram, todos ficaram em silêncio, significa que concordaram, então ele foi admitido. Apenas para ciência, no Item nº 11, o ofício número 13146/2021, datado de 20 de outubro, de 2021, Câmara Municipal de São Carlos, encaminhando a Moção 377/2021 de autoria do vereador Azuaite Martins de França, de repúdio às declarações do deputado Frederico d'Ávilla proferidas na Tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de outubro em relação à CNBB, ao arcebispo Dom Orlando Brandes e ao Papa Francisco.

Item 12, ofício número 1806/2021 datado de 22 de outubro, de 2021, da Câmara Municipal de Diadema, encaminhando o requerimento 476/2021 de autoria do vereador Josa Queiroz, para que conste em Ata a manifestação de repúdio ao discurso de intolerância do deputado Frederico d'Ávilla e no (Inaudível.) 490/2021 de autoria do vereador Edval Tenório Lopes, para que seja registrada em Ata como uma moção de congratulação à deputada Carla Morando por sua decisão de acionar o Conselho de Ética, pedindo (Inaudível.) Contra o deputado Frederico d'Ávilla, em razão de seu nefasto discurso de ódio contra as representações da Igreja Católica.

Item nº 13, ofício nº P698/2021 SL3SL PG 7215/2021, datada de 22 de outubro de 2021 da Câmara de São Bernardo do Campo, encaminhando o requerimento 163/2021, de autoria de vários vereadores para apoiar a representação da deputada Carla Morando, que com sensibilidade, mostrou repúdio às falas do deputado Frederico d'Ávilla.

Item nº 14, e-mail datado de 4 de novembro de 2021 da Câmara Municipal de Luiziânia, encaminhando a Moção nº 5, de 2021 de repúdio à atitude do deputado Frederico d'Ávilla, que ofendeu Papa, arcebispos, bispos e CNBB, no dia 14 de outubro do corrente. Após todos os itens votados, e nada mais havendo...

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, quem pediu pela ordem? Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Não, só o cronograma, os próximos passos, a relatoria, tem alguma previsibilidade?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Até amanhã nomeio a relatoria desses processos e comunico a todos vocês. Mais algum deputado deseja se manifestar? Então, está encerrada a reunião, muito obrigada pela presença de cada um de vocês.

* * *

- Encerra-se a reunião.

Tikinet Edição Ltda.

* * *